A ADOÇÃO SÓCIOAFETIVA E A MULTIPARENTALIDADE NA LITERATURA DO DIREITO

Elias Ribas Gracino (SECAL), Prof. Msa. Sayonara Aparecida Saukoski (Orientadora), e-mail: sayosau@hotmail.com.
Centro Universitário Santa Amélia - UniSecal/Bacharelado em Direito.

Ciências Sociais e Aplicadas - Direito Civil.
Palavras-Chave: Doutrina, Família, Socioafetividade, Multiparentalidade.

Resumo

O objetivo deste trabalho é mapear a produção a respeito da adoção socioafetiva multiparental. Para este fim, utilizou-se da pesquisa bibliográfica das teses e dissertações produzidas na área, tendo como descritores: adoção socioafetiva e multiparentalidade. Este trabalho justifica-se dado o pouco material a respeito de um assunto tão importante para a Jurisprudência, bem como pela importância dos vínculos familiares para o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Introdução

Uma pesquisa de caráter acadêmico precisa se relacionar com a produção acadêmica da área, principalmente as teses e dissertações produzidas sobre a temática. Com este intuito, este trabalho, de cunho documental, tem como objetivo o levantamento das dissertações e teses sobre à adoção socioafetiva multiparental, objetivando verificar a evolução da temática para compreender como os elementos centrais abordados são tratados na doutrina e na literatura, pelos pesquisadores, bem como para definir a especificidade da pesquisa e como esta se relaciona às produções do campo e, de que forma ela avança para a ampliação deste, deu-se o primeiro passo para esta pesquisa.

Material e Métodos

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do mapeamento das produções, depositadas no repositório de dados do Repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como descritores: 'adoção socioafetiva' e 'multiparentalidade'. Na análise destes, os interlocutores foram: a legislação, a jurisprudência e os autores que abordam o tema.

Resultados e Discussão

Após realizar a leitura dos resumos, foram selecionados somente os que tratam dos assuntos pertinentes aos descritores já expostos, sendo encontrados um total de 50 trabalhos, sendo que 30 deste abordam a adoção socioafetiva e 20 abordam a multiparentalidade.
O levantamento de dados para a pesquisa e seu exame tornou possível descobrir a quantas estão as pesquisas sobre o tema, e que as áreas de psicologia e serviço social também são signatárias ao interesse.
Observa-se nas referências bibliográficas dos trabalhos elencados, algumas obras recorrentes (teses e dissertações) que não constam no levantamento, por serem anteriores à plataforma, sendo em sua maioria pertinentes à área do Direito. Relacionados à adoção socioafetiva, localizaram-se 38 trabalhos acadêmicos, datados de 1989 a 2012 e relacionados à multiparentalidade, localizaram-se 03 trabalhos, datados de 2007 a 2012,
Este trabalho que diz respeito ao âmbito da doutrina do Direito, justifica-se dada a importância da doutrina, a saber, doutrina é o conjunto de princípios, ideias e ensinamentos de autores e juristas, que embasam o Direito e influenciam e fundamentam as decisões judiciais. Seu estudo é salutar para o tema aludido, bem como para esclarecer a relação entre a doutrina, a afetividade e o vínculo socioafetivo. O interesse em realizar esta pesquisa justifica-se pela importância da afetividade para o reconhecimento de vínculos familiares, tanto na vida cotidiana como na esfera do direito.
Outro aspecto importante de opção por essa pesquisa diz respeito ao estudo do Código Civil Brasileiro, que em seu artigo 1.593 pontua que o parentesco não é exclusivamente resultante de consanguinidade, mas também de outra origem. A pertinência da pesquisa se evidencia também dado aos novos arranjos familiares que trazem uma nova conceituação de família, abordando-a na perspectiva da afetividade, compreendendo-a como um aspecto intrínseco do homem, que é um ser complexo e integral, biopsicossocial.

Conclusão ou Conclusões

Constatou-se que a instituição familiar é um fenômeno histórico, complexo e heterogêneo e em constante transformação, sendo que a multiparentalidade emerge da realidade, do cotidiano de muitas famílias, devendo ser reconhecido em busca da proteção dos interesses da criança e do adolescente.

Agradecimentos

À meu filho, a minha família, a minha orientadora e a UniSecal.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990: **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências**.
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.
BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Institui o código civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.